

RESENHA

FLEXÃO E DERIVAÇÃO: SERÁ QUE OS TRATAMENTOS DADOS A ESTA DISTINÇÃO NÃO ADOTAM UMA PERSPECTIVA ‘ENVIESADA’?

Resenha crítica de Gonçalves, Carlos Alexandre. *Iniciação aos Estudos Morfológicos: flexão e derivação em português*. São Paulo: Contexto, 2011, 160 páginas (ISBN 978-85-7244-635-8).

JOSÉ BORGES NETO*

RESUMO

A partir da resenha do livro de Carlos Alexandre Gonçalves, faz-se um comentário sobre um problema central dos estudos morfológicos: a dependência absoluta aos resultados obtidos pela gramática tradicional e a completa falta de clareza sobre as questões epistemológicas envolvidas.

Palavras chave: Flexão e derivação; morfologia; filosofia da linguística.

ABSTRACT

Beginning with a review of the book wrote by Carlos Alexandre Gonçalves, we comment on a central problem of morphological theory: the absolute dependence on the results obtained by traditional grammar and the complete lack of clarity about the epistemological issues involved.

Key-words: Inflection and derivation; morphology; philosophy of linguistics.

Carlos Alexandre Gonçalves, professor da UFRJ e pesquisador do CNPq, lança um livro dedicado exclusivamente ao esclarecimento da distinção entre os processos morfológicos de flexão e derivação¹. Embora o assunto seja abordado em todos os livros de introdução à morfologia, o tratamento de Gonçalves se destaca por fazer uma apresentação “panorâmica” – exaustiva, até onde é possível – das propriedades identificadas nos fenômenos reconhecidos como “de flexão” e “de derivação”, dos inúmeros critérios de demarcação propostos na literatura e das semelhanças que podem ser reconhecidas entre os fenômenos de um e de outro processo. A dificuldade na demarcação e a existência de muitas semelhanças entre os dois processos conduzem Gonçalves a propostas “graduais” em que a distinção entre flexão e derivação é atenuada em favor de uma abordagem “prototípica” e os dois processos são entendidos como polos de um contínuo. O livro é útil e oportuno. Ao final da leitura, temos um quadro geral das questões e problemas que povoam os estudos de morfologia flexional e derivacional.

* UFPR, Curitiba (PR), Brasil. borgesnetojose@gmail.com

¹ O livro é uma reedição, revista e ampliada, de *Flexão e Derivação em Português*, publicado pela Editora da UFRJ em 2005.

Um dos méritos do autor é a clareza de sua argumentação: o livro é muito bem escrito, em todos os sentidos.

O livro está estruturado em quatro capítulos, cada um deles dividido em inúmeros itens. No primeiro capítulo (*Das diferenças entre flexão e derivação*), o autor expõe e critica os critérios demarcadores usados frequentemente por estudiosos da morfologia para distinguir flexão de derivação. Critérios como a relevância sintática, a estabilidade semântica ou a mudança de classe são apresentados com clareza e criticados por sua insuficiência para a sustentação da oposição entre os dois processos morfológicos. A crítica é clara e baseada em fenômenos empíricos pertinentes, de forma geral.

No segundo capítulo (*Das semelhanças entre flexão e derivação*), o autor inverte a lógica do primeiro capítulo e, em vez de buscar diferenças, passa a buscar semelhanças entre os dois processos. A justificativa para esta busca encontra-se, por um lado, na facilidade de encontrar argumentos empíricos que falseiem as propostas demarcatórias vistas no primeiro capítulo e, por outro lado, na existência de autores que propõem que os processos flexionais e derivacionais talvez não sejam muitos diferentes entre si, como Bybee, Halle e Aronoff, entre outros.

No terceiro capítulo (*O continuum flexão-derivação*), o autor apresenta uma proposta (basicamente, a proposta de Bybee 1985) que considera a possibilidade de uma abordagem gradual da distinção, apresentando flexão e derivação como polos de um processo único que se organiza num contínuo.

Finalmente, no quarto capítulo (*O continuum aplicado ao português*), o autor analisa alguns fenômenos morfológicos do português mostrando como alguns afixos – de classificação problemática, em princípio – poderiam ser localizados na escala proposta por Bybee.

A estrutura do livro, então, encaminha o leitor das tentativas de estabelecimento de critérios “absolutos” (necessários e suficientes), que certamente constituem as abordagens mais frequentes do problema, para uma abordagem “fuzzy”, em que a distinção é mantida em sua essência, mas os critérios demarcadores perdem boa parte de seu sentido.

O trabalho de Carlos Alexandre Gonçalves é muito interessante e tem o mérito de colocar de forma inovadora para o público brasileiro uma questão que tem determinado o gasto de muito papel e tinta.

Quer me parecer, no entanto, que o livro de Gonçalves traz um enviesamento da questão que complica e compromete toda a discussão. E é sobre essa perspectiva enviesada que quero fazer alguns comentários.

Quero deixar claro, desde já, que o problema que vou levantar não é específico do trabalho de Gonçalves, mas de toda a discussão sobre flexão e derivação que se fez e que se faz, no Brasil e no exterior. Em outras palavras, as questões que vou levantar colocam em xeque a morfologia contemporânea – no que respeita à questão da demarcação entre flexão e derivação – e não apenas o trabalho de Gonçalves. Volto a afirmar que o livro de Gonçalves, no contexto em que se realizam as pesquisas sobre o assunto, é excelente.

Quero começar com uma pequena história da distinção entre flexão e derivação.

Essa distinção tem origem na gramática da antiguidade greco-romana e surge como consequência de uma perspectiva muito particular sobre a natureza das línguas – uma “teoria” das línguas que podemos chamar de Gramática Tradicional (GT).

Para a GT, as palavras são unidades atômicas de análise (nada há “abaixo” da palavra) e são associadas a conjuntos de formas alternativas (um *paradigma*) que, representando uma mesma ideia, apresentam “acréscimos” secundários a essa ideia. Consideremos, por exemplo, a palavra “menino”. O paradigma associado a “menino” contém quatro formas alternativas: *menino*, *menina*, *meninos* e *meninas*. Cabe notar, inicialmente, que essas quatro formas são formas *da mesma palavra*, que pode, ou não, ser representada por uma delas (a convenção parece ser a de representar a palavra por uma “forma de citação” que, no caso, é “menino”). A palavra “menino”, então, representa uma ideia e aparece sob a forma *menino* se a essa ideia acrescentarmos as ideias secundárias de “masculino” e “singular”; aparecerá sob a forma *meninas* se a ela acrescentarmos as ideias secundárias de “feminino” e “plural”; e assim por diante. O “s” final de *meninas* não é um morfema que se acrescenta a uma raiz: é uma “marca” que indica que a palavra “menino” (vista aqui na sua forma de citação) está se apresentando acrescida da ideia de plural. A essas “marcas” de ideias secundárias acrescidas, a GT dá o nome de *desinências*. É preciso perceber que a GT² não entende as desinências como elementos autônomos que se acrescentam a uma raiz (ou radical, se preferirem) também autônoma. A palavra não tem partes autônomas. Qualquer identificação da noção de desinência com a noção de morfema é espúria e, por propor elementos internos à palavra, nega os pressupostos básicos da GT.

Este modo de entender as palavras constitui um modelo de análise morfológica que é conhecido como “palavra-e-paradigma”³.

No modelo “palavra-e-paradigma”, as palavras são associadas a paradigmas, entendidos como conjuntos de formas alternativas, e a análise comparativa dos elementos do paradigma nos permite isolar, *por abstração*⁴, as desinências. Essas desinências, como vimos, são “marcas” de alterações secundárias nas ideias veiculadas pelas palavras. Tradicionalmente (desde Dionísio de Trácia, no séc. I a.C.), são reconhecidas “marcas” de gênero e de número nos elementos nominais (substantivos e adjetivos, pronomes e artigos) e “marcas” de tempo/modo, número e pessoa nos elementos verbais.

² É preciso ficar claro que estou falando de uma teoria “pura” da GT, livre das interferências que o contato com outras teorias linguísticas introduz no pensamento dos gramáticos, particularmente das interferências causadas pelo contato com os modelos histórico-comparativos e, mais recentemente, com o estruturalismo. Essas interferências, originadas por uma tendência dos gramáticos ao sincretismo, obscurecem as noções e, infelizmente, criam “monstrinhos teóricos” inconsistentes.

³ Ver Hockett 1954.

⁴ Com a expressão “por abstração” quero destacar que a perspectiva não é “construtiva”. Em outras palavras, para a GT a palavra não é construída por elementos menores que ela. Pela comparação entre os elementos do paradigma, é possível estabelecer as “marcas” opositivas, mas essas “marcas” não se constituem em elementos autônomos que compõem as palavras. O fato de que as formas alternativas que constituem o paradigma são consideradas como formas de uma mesma, e única, palavra, impede que consideremos que a palavra se compõe de elementos mais básicos.

Palavras que pertencem às classes dos advérbios, preposições e conjunções são ditas *invariáveis* porque seu paradigma apresenta um único elemento. As demais classes contêm palavras *variáveis*, isto é, palavras cujo paradigma apresenta ao menos dois elementos.

As noções de *flexão* e *derivação* surgem naturalmente no contexto do modelo morfológico “palavra-e-paradigma”. A flexão é interna ao paradigma e a derivação é externa.

A flexão indica as modificações secundárias (acidentes) sofridas pela ideia veiculada pela palavra e a *derivação* é o processo de obter palavras novas a partir de outras palavras (*ideias novas* a partir de outras ideias, ditas *primitivas*). Enquanto as noções básicas envolvidas no processo flexional são as noções de paradigma e desinência, as noções básicas envolvidas no processo derivacional são *primitivo*, *derivado* e *afixo*.

Tomemos como exemplo a palavra “terra”, que é um substantivo associado a um paradigma com duas formas: *terra* e *terras*. Ao encontrarmos, junto a “terra”, o afixo “oso”, sabemos estar diante de uma *nova palavra*: o adjetivo “terroso”⁵. Essa nova palavra, também variável, associa-se a um paradigma com quatro formas: *terroso*, *terrosa*, *terrosos*, *terrosas*. A terminação “oso”, então, é um tipo de “marca” que *indica* uma palavra *derivada* a partir de uma palavra *primitiva*. Todas as “marcas” indicadoras de “palavra nova” são genericamente chamadas de *afixos* (*prefixos* quando antepostas e *suffixos* quando pospostas).

Fica clara, então, a diferença entre desinência e afixo: as desinências “marcam” as formas alternativas de uma mesma palavra enquanto os afixos indicam que a palavra em que se manifestam é derivada de outra. As desinências têm um paradigma como “área de atuação” (são intraparadigmáticas) enquanto os afixos nos remetem de um paradigma a outro (são interparadigmáticos).

Esses “dados” da morfologia – flexões das palavras, processos derivacionais, desinências e afixos – são bem conhecidos (e cuidadosamente descritos) desde a antiguidade. O que temos, desde a primeira gramática, de Dionísio Trácio⁶, até os nossos dias, nas gramáticas escolares, é uma mesma descrição/explicação, apresentada da mesma forma e seguindo uma mesma ordem de apresentação. Não há diferença essencial entre a forma de descrever/explicar os dados morfológicos em Dionísio, e em Celso Cunha, ou em Ernesto Carneiro Ribeiro ou em Pasquale Cipro Neto.

Em outras palavras, a GT, por meio de seus critérios, distingue *flexão* de *derivação* e as gramáticas do português, desde João de Barros, em 1540, mantêm os mesmos critérios demarcatórios (normalmente não explicitados). Ficamos, assim, com a impressão de que a distinção operada pela GT sobre esses dois

⁵ O afixo *não* é um morfema que se acrescenta a uma raiz (um lexema, ou o que for). É uma “marca” indicativa de que a palavra “terroso”, por exemplo, é derivada da palavra “terra” (trata-se de uma nova ideia obtida a partir da ideia primitiva). Enquanto as desinências “marcam” variações de uma mesma palavra, os afixos “marcam” o surgimento de uma nova palavra.

⁶ E de Varrão, cuja distinção entre a *declinatio naturalis* e a *declinatio voluntaria* é citada, *ad nauseam*, pelos autores que se ocupam de flexão e derivação.

processos morfológicos é *natural*, isto é, recobre uma distinção que é *do objeto* e não de uma teoria particular do objeto.

Pois bem. Esta é a questão que vejo em todos os trabalhos que discutem a distinção entre flexão e derivação: os autores já sabem, de início, o que é flexão e o que é derivação e sua tarefa é achar o critério que recubra a oposição. Aparentemente, o que move os autores é a “sensação” de que embora a distinção esteja clara (os dados estão bem determinados) o critério demarcatório que a justifica não está bem estabelecido (ou, ao menos, explicitado).

Vejamos o que se dá no livro de Gonçalves.

Obviamente, o modelo morfológico utilizado não é o velho “palavra-e-paradigma”. Mesmo assim, encontramos perguntas como a que abre a Apresentação: “*Em que condições estamos diante de uma nova palavra e quando apenas variamos formalmente uma palavra já existente?*” (p.5). Esta pergunta mostra que a noção de palavra variável e que a distinção tradicional entre processo flexivo (intraparadigmático, de variação de uma mesma palavra) e processo derivacional (interparadigmático, de obtenção de uma palavra a partir de outra) faz fundo às questões objetivadas pelo autor. De algum modo os *resultados* do modelo “palavra-e-paradigma” estão sendo levados em conta. Em outras palavras, Gonçalves assume que há palavras variáveis e que *flexão* tem a ver com essa variação paradigmática, o que não se dá na *derivação*.

Logo abaixo, ainda na mesma página da Apresentação, Gonçalves pergunta novamente: “*Que critérios podem ser utilizados para diferenciar uma palavra nova de uma mesma palavra variada em número ou em gênero?*”. Ou seja, faz parte dos pressupostos do autor que há dois processos morfológicos em jogo: o processo de formação de uma nova palavra e o processo de variação “interna” de uma mesma palavra (pressupostos que fundamentam o modelo morfológico da GT). É pressuposto, também, que gênero e número estão ligados ao processo de variação interna. Em outras palavras, o autor está, de alguma forma, assumindo como descrição de base (enquanto *registro protocolar*⁷) a descrição fornecida tradicionalmente por meio do modelo “palavra-e-paradigma”.

Na página 6 – ainda na Apresentação do livro – encontramos a seguinte afirmação:

Em linhas gerais, a flexão tem sido definida como processo morfológico regular, aplicável em larga escala e sem qualquer possibilidade de mudança na categorização lexical das bases. Radicalmente diferente, a derivação tem sido descrita como processo idiosincrático, caracterizado pelo potencial de mudar classes e por grandes restrições de aplicabilidade. Ao longo do livro, mostramos que essas diferenças são relativas, uma vez que à flexão também podem estar associadas arbitrariedades formais e restrições de aplicabilidade, entre outras características tradicionalmente atribuídas à derivação.
(p.6)

⁷ Entendo como “registro protocolar” aquela descrição – teoricamente neutra e objetiva – que serviria de “dado” inicial para a investigação científica. A possibilidade, utilidade e necessidade dos registros protocolares foram propostas – e defendidas – pela filosofia da ciência positivista do início do séc. XX.

Neste trecho fica absolutamente clara a suposição prévia de que os processos de flexão e derivação existem, os fenômenos que instanciam cada um deles são bem conhecidos e que apenas os critérios é que não estão bem formulados.

Mas deixemos de lado a Apresentação, que por servir de resumo geral do livro acaba por revelar as principais suposições apriorísticas do autor. Vejamos um item do capítulo primeiro.

Gonçalves abre o capítulo dizendo que a demarcação das fronteiras entre os dois processos é um dos problemas centrais da morfologia contemporânea e que a falta de critérios objetivos operacionalizáveis é o que torna imprecisa a distinção. Diz ainda que “[m]ais de quinze parâmetros têm sido usados para separar rigidamente a morfologia flexional da morfologia derivacional” (p. 11).

O que se percebe aqui é que, de novo, a distinção não é colocada em questão e que, para o autor, o problema reside na falta de critérios que possam justificá-la “rigidamente”. A existência de múltiplos critérios, aplicados simultaneamente, ao invés de resolver o problema, o acirra, já que os vários critérios levam a agrupamentos contraditórios. Assim, por um lado, não temos um critério único capaz de fazer a distinção pretendida; nem temos, por outro lado, a conjunção de critérios, consistentes entre si, capaz de satisfazer os requisitos da tarefa. Em nenhum momento, no entanto, o autor (em concordância com a quase totalidade dos pesquisadores da área) levanta a possibilidade de que a ausência de critérios (o critério único ou as várias conjunções de critérios) possa significar que a distinção flexão/derivação deva ser posta em questão. *Não haveria critérios porque não há distinção a ser feita.*

Vejamos o que aconteceria se um critério fosse arbitrariamente privilegiado como o critério distinguidor dos dois processos morfológicos distintos. Vamos tomar aqui o critério da *relevância sintática* como exemplo.

A formulação deste critério por Gonçalves é a seguinte (Cf. p. 12):

- (i) A flexão é requerida pela sintaxe da sentença, isto é, um contexto sintático apropriado leva à expressão das categorias flexionais, o que não acontece com a derivação, isenta do requisito “obrigatoriedade sintática”.

Por este critério, o *número* é uma categoria flexional, já que a informação sobre o número dos nomes deve ser acessível para a sintaxe no processo de concordância (nominal e verbal). Por outro lado, o *grau* não é uma categoria flexional (seria, por exclusão, derivacional), já que não encontramos nenhuma razão sintática para sua manifestação nas expressões.

Devo dizer que este critério me parece bastante simpático e que, a meu ver, poderia ser considerado um sério candidato a estabelecer uma distinção – clara, objetiva e “rígida”, como parece querer Gonçalves – entre flexão e derivação. Certamente, no entanto, o critério não seria adequado para *reestabelecer* a distinção efetuada pela GT. Ou seja, o critério da relevância sintática não é adequado para reproduzir uma distinção estabelecida séculos antes que a sintaxe fosse um assunto da preocupação dos gramáticos.

A questão pode ser posta nos seguintes termos: queremos distinguir dois processos morfológicos que parecem ter fundamentação empírica ou queremos encontrar critérios que substituam, em nossa teoria morfológica, uma distinção feita em outra teoria morfológica? E critérios que cheguem, em nossa teoria morfológica, *aos mesmos resultados classificatórios* que a outra teoria obteve – com seus próprios critérios.

A crítica que Gonçalves faz da adequação do critério da relevância sintática é bastante reveladora. Vejamos.

Apesar de dar conta de muitas categorias tradicionalmente caracterizadas como flexionais, o critério ora em exame não se mostra inteiramente adequado, em virtude de nem todos os aspectos da morfologia flexional serem diretamente relevantes para a sintaxe. Por exemplo, classes de conjugação e de declinação, embora consideradas flexionais pelo próprio Anderson (1985), independem da atuação de fatores sintáticos. De fato, nenhuma regra sintática é acionada para estabelecer que um verbo como “tingir” pertence à terceira conjugação; na verdade não há contexto sintático que determine a conjugação (1ª, 2ª ou 3ª) de um verbo da língua portuguesa.

Vogais temáticas, embora relevantes morfológicamente, são invisíveis para a sintaxe e, por isso, não aparecem, de acordo com Anderson (1982:598), num contexto sintático apropriado. Nenhum morfólogo ousaria afirmar que vogais temáticas – legítimos representantes de uma morfologia mais “pura” (ou by itself, nos termos de Aronoff, 1994), sem interação com a sintaxe ou com a fonologia – não constituem unidades da flexão. (p. 15-16).

A primeira crítica de Gonçalves ao critério da relevância sintática consiste em reconhecer que embora dê conta de muitos fenômenos tratados como flexão (e/ou de sua oposição à derivação) pela GT, não dá conta de todos. Em outras palavras, o critério estabelece *novos conceitos de flexão e de derivação*. Ao invés de acreditar no critério – supor que a relevância sintática tem consequências teóricas relevantes – Gonçalves (e Anderson, pelo menos) preferem abandonar o critério *porque ele não permite chegar aos mesmos resultados a que a GT chegava*. Ora, se era para chegar aos mesmos resultados, não precisaríamos de novas teorias morfológicas, não é?

E daí que a relevância sintática leve à conclusão de que as vogais temáticas não são entidades flexionais? O morfólogo que não ousa colocar em xeque as construções teóricas com que trabalha – hipotéticas e provisórias, por definição – age mais como um pregador religioso do que como um cientista.

As categorias flexionais tradicionais são isso mesmo: *categorias tradicionais*. Definidas por critérios de base semântico-morfológica num tempo em que a concepção de ciência inexistia e a falta de rigor no estabelecimento de categorias era a regra. Assumi-las como propriedades da língua e não como construtos teóricos criados para o tratamento dos fenômenos empíricos é um erro colossal. Em princípio, não há categorias flexionais e derivacionais *nas línguas*; nós, estudiosos das línguas, é que podemos ou não propor categorias flexionais e derivacionais nas teorias que criamos para o tratamento

das línguas. E nenhum filósofo da ciência contemporâneo ousaria dizer o contrário⁸.

A questão central, então, deixa de ser o estabelecimento de novos critérios que justifiquem a distinção tradicional e passa a ser a necessidade ou não de estabelecermos a distinção. E a pergunta sobre essa necessidade nunca é feita!

Mas Gonçalves nos apresenta uma concepção de morfologia em que, aparentemente, a distinção não seria necessária: a proposta gradualista de Bybee.

A morfologia gradualista de Bybee propõe que as duas classes de categorias morfológicas – flexionais e derivacionais – sejam definidas prototipicamente. Nas palavras de Gonçalves, “*há afixos mais centrais e outros mais periféricos no interior de cada uma dessas classes morfológicas*” (p. 92).

Na verdade, Bybee propõe que haja apenas uma classe de processos morfológicos e que flexão e derivação sejam os polos opostos dessa classe⁹. Os afixos – e aqui “afixo” passa a ser um termo que recobre tanto as *desinências* como os *afixos* da GT – seriam localizados no contínuo que liga os polos. Assim, um afixo poderia ser mais ou menos flexional ou mais ou menos derivacional. Por suposição, poderíamos ter um afixo que se localizasse exatamente no meio do contínuo e que fosse, no mesmo grau, tanto flexional quanto derivacional.

O problema com a proposta de Bybee (e com a leitura que Gonçalves faz dela), é que a flexão e a derivação continuam existindo *a priori*, nos termos definidos pela GT. Como já apontamos acima, parte-se do princípio de que existem *no objeto* (nas línguas) coisas como flexão e derivação e que a tarefa do morfólogo é precisar os critérios de demarcação. Se não é possível encontrar critério (ou critérios) demarcatório, uma das soluções é trazer para a teoria a vagueza que passamos a reconhecer no objeto.

Exploremos um pouco mais este ponto.

Para que precisamos classificar os fenômenos linguísticos? A resposta mais óbvia é a de que classificamos os fenômenos para obter conjuntos homogêneos que facilitem o estabelecimento de regras. Ao invés de dizermos, em nossas descrições, que os fenômenos x, y e z apresentam um mesmo comportamento sintático A, dizemos que x, y e z pertencem a uma categoria e que a categoria possui o comportamento sintático A. A descrição se torna mais simples e ganha em generalidade. Quando os primeiros gramáticos estabeleceram a distinção entre flexão e derivação, certamente tinham em mente algo desta natureza (os elementos flexionais acrescentavam ideias secundárias à ideia central veiculada pela palavra; os elementos derivacionais criavam palavras novas a partir de palavras primitivas).

⁸ Aristóteles, no entanto, cujo pensamento fundamentou as primeiras gramáticas – e, em decorrência, as primeiras formulações da distinção flexão/derivação – acreditava que as categorias eram propriedade do mundo e que os filósofos as apreendiam diretamente dele. Não é de estranhar, portanto, que os linguistas contemporâneos – porque não se libertam da GT – continuem, subrepticamente, pensando como Aristóteles.

⁹ Estou fazendo aqui uma imensa simplificação da proposta de Bybee. Os interessados em saber mais podem procurar seu livro de 1985 (ou acompanhar a apresentação que Gonçalves faz nos dois últimos capítulos de seu livro).

O modo como classificamos os fenômenos linguísticos, no entanto, depende crucialmente do enfoque teórico adotado. Os fatos não dizem como querem ser classificados. As necessidades da teoria é que nos levam a uma ou a outra classificação. A questão de identificarmos ou não classes de processos flexionais e derivacionais é uma questão interna à teoria. Em outras palavras, a pergunta deveria ser: a que objetivos *da teoria* serve essa classificação?

Se olharmos para as formas de estabelecimento de classes, podemos encontrar, basicamente, dois procedimentos principais: a *classificação por reconhecimento de propriedades compartilhadas* (propriedades necessárias e suficientes) e a *classificação prototípica*.

A classificação por reconhecimento de propriedades compartilhadas apresenta dois momentos. Num primeiro momento, a observação das propriedades associadas aos fenômenos – ainda indiferenciados – de um conjunto, vai nos levar ao agrupamento desses fenômenos e ao consequente estabelecimento de classes (ou categorias). Num segundo momento, já com as classes estabelecidas, novos fenômenos – na medida em que apresentem as propriedades definidoras de uma ou outra classe – passam a ser incluídos nela. Este é o procedimento classificatório que regulou, por exemplo, o estabelecimento das classes de palavras na GT: primeiro observou-se que algumas expressões da língua grega possuíam declinação em casos (e designavam “coisas” – os nomes) e que outras expressões possuíam tempo (e designavam “processos” ou “ações” – os verbos). Como havia um conjunto de expressões que apresentavam tanto a declinação por casos quanto características temporais – os participios – criou-se uma terceira classe (que reunia elementos que “participavam” das características de nomes e de verbos). Os gramáticos do português, na medida em que simplesmente assumiram a teoria linguística da GT desenvolvida na Idade Média a partir das gramáticas gregas e latinas¹⁰, realizaram sua tarefa classificatória no que denominamos acima de segundo momento: as classes de palavras já estavam estabelecidas (para o grego e para o latim) e restava-lhes reconhecer, nas palavras do português, características que permitissem dizer que tais e tais palavras pertenciam a tal e tal classe.

A classificação prototípica, por outro lado, supõe que não há classes bem definidas, nem que há propriedades necessárias e suficientes capazes de defini-las. Alguns fenômenos são agrupados arbitrariamente a partir das experiências que temos com eles – os fenômenos “típicos” de cada classe – e, pelo reconhecimento de semelhanças (de qualquer natureza) com os membros típicos de cada classe, novos elementos passam a ser incluídos. Essa forma de classificação, de proposição recente, surgiu para dar conta dos processos classificatórios utilizados na formação de *conceitos naturais*. As denotações das palavras “verdura” e “fruta”, por exemplo, são classes sem delimitação clara. O tomate é uma verdura? E a cenoura? O que é que faz com que o pepino seja uma verdura e a melancia seja uma fruta? Qualquer pessoa que tente achar propriedades necessárias e suficientes

¹⁰ Os primeiros gramáticos das línguas vernáculas foram essencialmente seguidores de Prisciano de Cesaréia (500 A.D.) e das leituras medievais que esse autor recebeu.

para distinguir frutas de verduras estará em apuros (o que fazer com o abacate, por exemplo?).

Exatamente por isso os biólogos não utilizam esses termos em suas classificações: para o biólogo o tomate é um *fruto*, a cenoura é uma *raiz* e o caju é um *pedicelo tuberculizado* (a castanha de caju é um fruto, como o tomate). E os biólogos agem assim porque *precisam*, em suas teorias, de termos classificatórios, tanto quanto possível, claros e precisos.

A classificação prototípica propõe que os conceitos são construídos ao redor de alguns poucos elementos de classificação inegável – os protótipos – e que outros elementos vão sendo incorporados ao conceito porque apresentam alguma semelhança com o protótipo. Podemos dizer, por exemplo, que maçã e banana são frutas prototípicas e que caju e morango são frutas periféricas, incluídas na classe das frutas porque se comem como sobremesa (com açúcar) ou porque são vendidas nas mesmas barraquinhas na feira ou sabe-se lá por que. Com exceção dos protótipos, que podem (embora não precisem) ser identificados pelo reconhecimento de propriedades necessárias e suficientes, os outros membros da classe são nela incluídos pelas mais variadas razões.

Pois bem. A proposta prototípica de Bybee pode nos levar a duas conclusões: por um lado, podemos estar, verdadeiramente, diante de um conjunto de fenômenos de difícil classificação porque é da natureza das línguas a recusa de classificações “absolutas”; por outro lado, podemos estar diante de fenômenos que receberam – na antiguidade – classificações prototípicas e que, *porque queremos manter a classificação dos antigos*, não temos alternativa senão propor uma classificação prototípica.

Eu, pessoalmente, acho que estamos diante da segunda alternativa. O fato de que queremos – a qualquer custo – manter a classificação dos processos morfológicos em flexionais e derivacionais – classificação que herdamos da GT –, nos vemos diante de problemas insuperáveis e precisamos – num procedimento claramente anticientífico – trazer para a teoria morfológica a vagueza e a imprecisão que é própria dos conceitos naturais.

Apesar do avanço que propostas como a de Bybee possam trazer para os estudos morfológicos, continuo reconhecendo nela o mesmo enviesamento que reconheço nas outras propostas: a submissão apriorística a uma morfologia feita no modelo teórico da GT.

As perguntas centrais permanecem: Qual a razão para distinguirmos flexão de derivação na morfologia contemporânea? Qual a razão para que nossa distinção seja exatamente a mesma que encontramos na GT?

Espero que o leitor tenha acompanhando meu raciocínio e que tenha percebido o enviesamento nos tratamentos dispensados a esses processos morfológicos de flexão e derivação (um caso entre muitos outros) de que falo no título. Espero que esteja claro, também, que minhas palavras possuem um alcance muito maior do que uma crítica ao livro de Gonçalves que, nos limites do estado da arte dos estudos morfológicos, apresenta méritos inegáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BYBEE, J. (1985). *Morphology: the relations between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins.
- HOCKETT, C. F. (1954). Two models of grammatical description. *Word* 10, p. 210-234 (reeditado em Joos, M. (ed) *Readings in Linguistics* 1, p. 386-399, 1957).

Ficha técnica

Divulgação	Publicações IEL-UNICAMP
Montagem	Publicações IEL
Editoração	In Design CS5
Formato	16 x 23cm
Mancha	12 x 19cm
Tipologia	Time new roman
Papel	Miolo: pólen soft 75g/m Capa: cartão supremo 250 g/m
Impressão e acabamento	Oficinas Gráficas da UNICAMP
Numero de páginas	135 páginas
Tiragem	300 exemplares